

Preservando ausências: o tombamento de elementos industriais em Joinville [SC] e suas impugnações

DOI: 10.20396/labore.v16i00.8669868

Tiago Castaño Moraes

<https://orcid.org/0000-0003-4722-5277>

Museu de Arte de Joinville / Joinville [SC] Brasil

RESUMO

O artigo investiga os discursos empregados contra a salvaguarda de componentes industriais, a partir da análise de dois processos de tombamento efetivados pelo órgão municipal de preservação de Joinville (um complexo fabril e uma chaminé). Com base em uma bibliografia específica e tendo os processos de tombamento como fonte fundamental, investigamos os mecanismos de salvaguarda do patrimônio industrial, sua influência sobre o tecido urbano e as dificuldades para sua preservação a partir das impugnações defendidas pelos proprietários. Se por um lado os enredos preservacionistas revelam os processos históricos e sociais que se manifestam na construção do que entendemos ser o patrimônio cultural; por outro lado as impugnações demonstram os diferentes agentes que também participam deste processo capazes de atribuir valores e acionar múltiplos passados, tornando nítido a tensão entre história, memória e o esquecimento no reconhecimento de elementos industriais como bens culturais.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio industrial. Políticas de preservação. Processo de tombamento. Impugnação.

Preserving absences: the tipping of industrial elements in Joinville [state of Santa Catarina, Brazil] and its challenges

ABSTRACT

The article investigates the discourses used against the safeguarding of industrial components, based on the analysis of two tipping processes carried out by the municipal preservation agency of Joinville (a factory complex and a chimney). Based on a specific bibliography and having the listed processes as a fundamental source, we investigated the mechanisms of safeguarding industrial heritage, its influence on the urban fabric and the difficulties for its preservation from the challenges defended by the owners. If, on the one hand, the preservationist plots reveal the historical and social processes that are manifested in the construction of what we understand to be cultural heritage; on the other hand, the challenges demonstrate the different agents that also participate in this process capable of attributing values and triggering multiple pasts, making clear the tension between history, memory and forgetfulness in the recognition of industrial elements as cultural goods.

KEYWORDS

Industrial heritage. Preservation policies. Tipping process. Impeachment.

1. Introdução

Todas as coisas que devem sua existência aos homens, tais como obras, feitos e palavras, são perecíveis, como que contaminadas com a mortalidade de seus autores (Arendt, 1997, p. 72).

A contraposição entre mortalidade dos homens e a imortalidade da natureza marcaria a formação do conceito de História na Grécia Antiga; afinal, entre as pretensões historiográficas estava romper com a efemeridade humana e de suas criações (Arendt, 1997, p. 72). E era através da recordação que obras, feitos e palavras poderiam acessar o mundo da eternidade, por meio da musa da memória, Mnemósine, a mãe de Clio. Aos poucos, o “discurso de imortalidade” presente no canto épico e usado para glorificar a memória de heróis mortos em batalhas foi herdado pela história (Hartog, 2013, p. 22); que assumiu, também, o papel de mestra da vida transmitindo exemplos e experiências do passado ao presente, ao mesmo tempo em que une o presente ao futuro, quando “transmite o que nós somos aos séculos futuros” (Hartog, 2017, p.12).

Não é do mesmo modo que as práticas preservacionistas do patrimônio cultural procuram criar um discurso de imortalidade capaz de transmitir heranças do passado ao presente e ao futuro?

A partir dessa questão traçamos uma analogia entre a concepção da prática historiográfica antiga e as investigações de Alois Riegl¹ (2014, p. 63) sobre a conservação de monumentos e os diferentes valores atribuídos a eles. Não só em relação ao que o autor chamou de valor intencional (“valor volível de memória ou de comemoração”), e sua pretensão de imortalizar o monumento, garantindo que esteja “sempre presente e vivo” na “consciência das gerações futuras” através de intervenções constantes; como também, quando expõe o papel do historiador, que na ânsia de conservar o valor histórico (valor documental de determinado monumento), mantém sua autenticidade, admitindo para isso seu estado original de degradação ou ruína. Mas, para além da preservação do monumento em si, o historiador seria capaz de preencher as lacunas causadas pela ação do tempo no monumento, “por meio do pensamento e da linguagem” (Riegl, 2014, p. 56).

Podemos dizer, então, que o campo patrimonial cria um duplo discurso de imortalidade: um que busca a manutenção de uma manifestação do passado, seja ela material ou imaterial; e, outro que tenta legitimar sua salvaguarda, a partir de uma justificativa (histórica, social, cultural, étnica, simbólica etc.). Entretanto, não é apenas comum nas políticas de preservação a produção de narrativas no sentido de atribuir valores e defender a preservação do bem cultural; mas, também, o contrário pode acontecer: declarações sobre a ausência de valores podem reforçar os argumentos contra a necessidade de preservação. Isso pode acontecer justamente pelo fato de o campo do patrimônio cultural ser configurado por processos de construção marcados por operações simbólicas; visto que o significado, a importância e o valor conferido a um determinado bem cultural dependem da relação e visão de mundo que diferentes grupos podem ter (ou criar) em relação a ele.

A prática desta construção explorada em diferentes autores (Choay, 2001; Meneses, 1994; Poulot, 2009, por exemplo) demonstra um jogo de conveniência que remete ao campo conflituoso do patrimônio cultural. Se de um lado temos um corpo estruturado de profissionais – regidos por normas técnicas e uma legislação específica – voltado para preservação; por outro, temos a comunidade onde o bem está inserido, e que nem sempre possui o mesmo interesse ou o mesmo “universo patrimonial” dos agentes preservacionistas (Peixoto, 2016, p. 291).

Desse modo, “desnaturalizar o campo do patrimônio, refletindo sobre o campo que o produz” (Gonçalves, 2014, p. 91), é um caminho que pode ser acessado de maneira inversa, quando examinamos os argumentos contra a patrimonialização como o caso de impugnações presentes em alguns processos de tombamento. Perceber como a ausência de valores é acionada com intuito de depreciar a preservação de bens industriais em Joinville é uma das intenções deste estudo. Para isso reunimos investigações de dois processos de tombamento em nível municipal: o da Chaminé da antiga Malharia Arp, processo aberto em 2004; e o do complexo da indústria Wetzl, aberto em 2005.

Enquanto a salvaguarda de elementos do passado fomenta, através de políticas de preservação, a possibilidade de um “presente eterno” expresso em tombamentos, restaurações, musealizações; a análise de impugnações pode demonstrar a relação entre diferentes agentes e múltiplas dimensões entrepostas nessas construções patrimoniais. Demonstra, também, a maneira pragmática em que se estabelece tentativas de apagamentos do passado – levando em consideração que o desejo de não preservar, geralmente inclui projetos de demolições do patrimônio construído.

¹ Riegl (2014, p. 63) chega a destacar que “o postulado fundamental dos monumentos comemorativos volíveis é a restauração”.

2. Patrimônio industrial: uma Modernidade passada?

Ao longo de quase um século (1931-2022), as Cartas Patrimoniais (aproximadamente 50 cartas) se estabeleceram como os principais meios de divulgação de diretrizes e recomendações, institucionalizando e servindo de referência para profissionais ligados ao campo preservacionista. O conteúdo dessas cartas e as constantes inclusões de novas tipologias patrimonializáveis reforçam as concepções de que existe um “movimento de extensão e universalização do patrimônio” (HARTOG, 2006, p. 265). Um exemplo expressivo desse movimento pode ser encontrado na Carta de Atenas de 1931². Em seu item 3, que diz respeito a valorização dos monumentos, a preocupação com o entorno de monumentos e fisionomia das cidades, a Carta recomendava:

[...] *sobretudo, a supressão de toda publicidade, de toda presença abusiva de postes ou fios telegráficos, de toda indústria ruidosa, mesmo de altas chaminés, na vizinhança ou na proximidade dos monumentos, de arte ou de história* (Sociedades das Nações, 1931, p. 2).

Na perspectiva do campo patrimonial da década de 1930 as chaminés, por exemplo, estavam longe de se configurarem como um bem patrimonializável; e, mais do que isso, a indústria ruidosa poderia mesmo ser suprimida. Toda a visão de modernidade desenvolvida a partir das revoluções de fins do século XVIII e que culminaria em ideais de progresso, com a ascensão da máquina a vapor, os avanços tecnológicos, ferrovias, navios a vapor, as grandes construções em metal, os salões de vidro e as imponentes exposições universais, se materializou como uma realidade conturbada (Benjamin, 2007; Pesavento, 1997).

Nos seus estudos sobre as características das cidades em fins do século XIX, Mumford (2004, p. 484) já denunciava a influência do industrialismo na produção de um ambiente urbano degradado, em uma escala “que o mundo jamais vira; na verdade, até mesmo os bairros das classes dominantes eram imundos e congestionados”. Esta visão, de cidades degeneradas, é ponto central nos interesses de regulamentação urbana defendidos na Carta de Atenas.

Em 1941, Le Corbusier desdobrou os fundamentos da Carta de Atenas em tópicos e, em um deles (item 8), relacionou “o advento da era da máquina” com “as perturbações nos comportamentos dos homens”, principalmente no que diz respeito aos seus efeitos sobre a cidade, adensamento populacional, “congestionamento” e “desordem” (Le Corbusier, 1993). É importante ressaltar que o processo de mecanização que ocorreu após a chamada Revolução Industrial foi muito além da alteração das formas de produção humana, se transformando em um sistema que interferiu profundamente no modo de vida das pessoas, nas relações de trabalho, nas estruturas urbanas e nas relações econômicas. Essas transformações possibilitaram que se vislumbrasse, a partir de fins do século XVIII, uma nova sociedade humana, capaz de projetar um futuro diferente daquele pensado até então.

Se antes da Modernidade o futuro, como “horizonte de expectativas”, era vinculado ao passado formado pelo “espaço de experiência”, a partir dela o conceito de progresso assumiria as perspectivas de futuro, incluindo um “coeficiente de mudança” cada vez maior, caracterizando uma abertura de possibilidades para os tempos do porvir (Koselleck, 2006, p. 315-317). Mas a era industrial enquanto símbolo de modernidade e de progresso sofreu durante a segunda metade do século XX um processo de alteração. Dando lugar a uma nova configuração econômica, o chamado mundo “pós-industrial” foi marcado pela importância dos setores de serviços e pela intensificação da presença das tecnologias de comunicação, o que substituiu em grande parte a estrutura e a produção industrial (Bell, 1974, p. 155).

As severas transformações urbanas (obras públicas, alterações e abertura de novas ruas, revitalizações; ou investimentos privados com a criação de áreas para novos empreendimentos nas cidades como edifícios e loteamentos), e o movimento de desindustrialização na Europa (com o esvaziamento de muitos complexos fabris), durante a década de 1960 e 70, estimularam demolições de diversos exemplares de antigas fábricas e construções de cunho industrial³. Assim, tanto a Estação Euston, quanto o Coal Exchange (ambas em

² Carta de Atenas de 1931 marca o início de uma institucionalização do campo patrimonial na esfera mundial destacando a conservação e restauração de “monumentos históricos”, e alertando sobre os problemas do crescimento desordenado das cidades, a arbitrariedade da ocupação territorial diante da falta de critérios e planos urbanísticos sistemáticos. Em 1933, O CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna) redigiu a Carta de Atenas em forma de manifesto com um desdobramento da primeira destacando a preocupação com o crescimento desordenado das cidades, a arbitrariedade da ocupação territorial diante da falta de critérios e planos urbanísticos sistemáticos, e a preservação de edificações históricas.

³ Em 1955 Rix já chamava a atenção para a preservação da memória industrial na Inglaterra através de um artigo publicado na revista *The Amateur Historian*, em 1955, colocando em evidência a expressão “arqueologia industrial” e abrindo possibilidades para um novo campo de estudo.

Londres) foram exemplos de edificações demolidas que fomentaram uma nostalgia da memória industrial e ao mesmo tempo enunciaram os principais problemas que esse tipo de patrimônio enfrentaria para sua conservação: “obsolescência funcional”, “crescimento das cidades” e “pressão especulativa imobiliária” (Kühl, 2009, p. 37, 38). Sobre o poder dessa especulação sobre o uso territorial da cidade, Jameson (2002, p. 219-221) cita um caso curioso em NY, em que desde o pós-guerra viu uma transferência de territórios de antigas indústrias e fábricas para salas de escritório (“finanças, seguros, atividade imobiliária”), gerando um aumento vertiginoso do valor dessas propriedades.

Desse modo, esses fenômenos urbanos de especulação e novos usos do espaço na cidade favoreceram a visibilidade do passado industrial dentro das políticas preservacionistas. Houve, também, uma participação de correntes historiográficas (Nova História e História Cultural) que projetaram expandir seus temas de pesquisa para áreas científicas, econômicas e sociais, abrangendo a dinâmica de classes, movimentos trabalhistas e as constantes transformações técnicas, frutos da mecanização.

Em 1964 a Carta de Veneza dilatava a noção de monumento histórico considerando “não só às ‘grandes criações’, como também às obras mais modestas que adquiriram significado cultural com o passar do tempo” (Icomos, 1964, p. 1). E as diferentes Cartas patrimoniais que se sucederam, com mais diligência entre as décadas de 1970 e 1990, além de manifestarem um alargamento da ideia de monumento e do conceito de patrimônio cultural, demonstraram que a preservação de conjuntos urbanos e bens que reportavam ao século XX, assumiram um novo grau de interesse principalmente em razão do perigo de descaracterização e destruição dessas áreas; áreas que incluíam, em alguns casos, antigas zonas industriais.

De sinônimo de progresso à edificações obsoletas – foi sob esse estigma que antigas fábricas e áreas industriais em zonas centrais de algumas cidades foram subtraídas para darem lugar a novas configurações do espaço urbano. Essa transmutação, consequência de diversos fatores, colocou edificações e o passado que elas representam em um novo grau de importância. Não só as Cartas Patrimoniais, mas a abertura de museus, congressos, estudos sobre antigas fábricas e seus trabalhadores; e, principalmente, o reconhecimento das comunidades sobre seu passado industrial e a valorização desses elementos para a memória e identidades de determinados grupos fortaleceram a formação de um campo específico do patrimônio ligado ao passado industrial, no Brasil e no mundo⁴.

3. O passado industrial em Joinville entre narrativas de preservação e esquecimento

O mesmo interesse pela preservação de elementos industriais identificado em ações do órgão federal (Iphan) e estadual (FCC) em fins do século XX⁵, também se reflete nas práticas preservacionistas em Joinville depois dos anos 2000. Entre 2002 e 2022, aproximadamente, 150 bens culturais foram tombados em nível municipal pela Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC). Deste total, dez elementos (oito já tombados e dois com processos inconclusos) podem ser considerados patrimônios industriais e se enquadram em uma dessas categorias: edificações fabris; equipamentos técnicos e obras públicas; componentes da rede de transporte ou de comunicações.

Os que ainda se encontram em processo de tombamento são: a Usina Hidrelétrica do Pirai, criada em 1909, e o Pátio de manobra da antiga Estação Ferroviária, que junto com a Estação, foram criados nos primeiros anos do século XX. Dos já tombados, dois bens remetem ao início da Colônia Dona Francisca, construídos entre

⁴ Citamos aqui alguns exemplos desse movimento: a criação em 1967 do Ironbridge Gorge Museum Trust, primeiro museu in situ de cunho industrial. O local abrigou, em 1973, o Primeiro Congresso Internacional para a Conservação dos Monumentos Industriais (FICCIM), tornando-se um catalisador para a ideia de museus e paisagens industriais. Entre 1967 e 68, a divisão Historic American Buildings Survey – HABS realizou um estudo pioneiro sobre as indústrias têxteis na Nova Inglaterra, enfatizando a arquitetura industrial e o cotidiano dos trabalhos. Noruega, Bélgica, Holanda e Suécia, também apresentaram, depois da década de 1980, projetos de registro, inventários e preservação de estruturas industriais ligadas ao passado industrial de seus países. Na França, Maurice Daumas lançou em 1980 o estudo *L'archéologie industrielle en France*; um ano depois sediou o IV Congresso Internacional para a Conservação dos Monumentos Industriais (FICCIM). Em 1984 foi fundado o Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH). No Brasil, ao lado dos museus ferroviários que ganham atenção durante a década de 1970 surge, também, o Museu Aeroespacial, que idealizado em 1943 pelo Ministro da Aeronáutica, Joaquim Pedro Salgado Filho, ganhou o espaço dos hangares no Campo dos Afonsos/RJ em 1971, sendo inaugurado apenas em 1976. Destaca-se também o tombamento federal de bens culturais de cunho tecnológico após a década de 1990 como: o prédio da Estação Telegráfica da conexão Cuiabá/MT - Porto Velho/RO, em Ji Paraná/RO, tombado em 2016; o Hangar de Zeppelins no Aeroporto Bartolomeu de Gusmão/RJ, tombado em 1998; em 2008 a Estação Ferroviária de Joinville; e, em 2009, o tombamento de duas aeronaves PBY Catalina (Moraes, 2020, pp. 36, 53-54).

⁵ A Diretoria de Patrimônio Cultural (DPC), é o órgão estadual responsável pela abertura dos processos de tombamento, e está ligada administrativamente à Fundação Catarinense de Cultura (FCC). Desde a década de 1990 houve um alargamento de bens contemplados, com diferentes tipologias abrangendo áreas de Mata Atlântica, edificações de “usos administrativos, comerciais, industriais e residenciais”, além de “obras de engenharia e prédios vinculados à infraestrutura de viação e transporte (como pontes metálicas e estações ferroviárias)” (Gonçalves, 2016, p. 172)

as décadas de 1860 e 1880: a Antiga Usina de Açúcar, identificada como equipamento de beneficiamento de matéria prima e a Ponte Coberta Alfonso Altrack, que pode ser incluída como serviços técnicos, na categoria de obras públicas de transporte. Os outros seis bens restantes foram criados entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, e estão relacionados com alguma das atividades industriais mencionadas anteriormente, sendo eles: o Parque Natural Municipal da Caieira, que abriga um dos maiores complexos de caieiras da região e uma das últimas a encerrar sua produção, na década de 1940. As duas chaminés tombadas, que remetem à memória da antiga Fábrica Arp e da antiga Fábrica Lumière. Ambas fecharam durante a década de 1990 e eram ligadas ao ramo têxtil; a primeira produzia meias e malhas, a segunda, vestuário feminino. A Fábrica Wetzel voltada, inicialmente, para a produção de velas e sabões, e depois da década de 1920 voltou-se para a produção de válvulas e torneiras de bronze. A Cervejaria Antarctica, que teve sua origem numa produção artesanal de cerveja. E o Moinho Joinville, construído na década de 1910, em área central da cidade, ao lado do antigo porto de Joinville⁶.

As diferentes tipologias desses bens demonstram o fomento industrial que marcou o desenvolvimento econômico da cidade. Entre 1930 e 1940 muitas referências à uma cidade industrial são encontradas em publicações regionais e nacionais. Enquanto a publicação joinvilense Anno Novo (24 dez. 1931, p. 4) dizia “o fumo que rola, em espirais, do alto das chaminés gigantes, de seus estabelecimentos fabris, é como a flâmula assinaladora das iniciativas grandiosas”; uma publicação do governo federal, a Revista de Imigração e Colonização (1941, p. 899), analisando a situação financeira das principais cidades de SC, afirmava que quase 90% da arrecadação de Joinville estava ligada às atividades industriais. E, após a década de 1940 a cidade passou a ser reconhecida nacionalmente como um polo industrial da região sul, com foco na fabricação de produtos químicos, têxteis, plásticos e metal mecânico. As transformações das pequenas oficinas às grandes fundições interferiram no tecido urbano com o grande fluxo de população migrante durante as décadas de 1960 e 1970 (uma mão de obra absorvida, em grande parte, pela indústria). Em 1973, o novo Plano Diretor (Lei nº. 1262/73) criou o Distrito Industrial de Joinville, gerando uma migração de fábricas das áreas centrais da cidade para aquele Distrito.

Através de discursos voltados para o trabalho e para o progresso a vocação industrial da cidade esteve presente desde as suas primeiras décadas, ainda como Colônia Dona Francisca com o estabelecimento de milhares de imigrantes europeus, principalmente germânicos, entre 1851 e fins do século XIX. O incremento produtivo da pequena Colônia com o surgimento de olarias, engenhos e pequenas fundições, que tempos depois caracterizaria uma dinâmica industrial da cidade, poderia justificar uma maior atenção para os bens considerados patrimônio industrial; afinal, a preservação da memória ligada ao desenvolvimento tecnológico, ao trabalho fabril, aos acervos industriais e suas estruturas arquitetônicas são os principais componentes de estudos nesse campo específico do patrimônio. Mas a realidade da preservação de elementos industriais (assim como outros bens edificados) na cidade enfrenta algumas dificuldades. O planejado Museu da Indústria de Joinville em 2001, teve uma vida breve na estação ferroviária. De lá para cá houve: a demolição da antiga fábrica de bebidas Mayerle Boonekamp, datada de 1892 e demolida em 2013; a retirada de um ramal ferroviário entre 1999 e 2000, que esteve em funcionamento até meados da década de 1990 e ligava a estação ferroviária ao Moinho Santista (empresa desativada desde 2013 e até o momento desocupada); a descaracterização do interior do prédio da Farmácia Minancora, construído em 1929, após uma reforma em 2014; a votação da própria Comphaan para o destombamento da ponte coberta Alfonso Altrack, em 2019; a degradação da Cidadela Cultural Antarctica⁷ e o incêndio que destruiu todo o arquivo da antiga cervejaria em 2021, incinerando um importante acervo do passado industrial da cidade. O acervo contava com pastas administrativas de funcionários, além de toda uma documentação relativa à produção de cerveja na fábrica.

Além desses problemas, algumas edificações industriais selecionadas para compor o rol de bens tombados, sofreram objeções por seus proprietários a partir da notificação de interesse para abertura do processo de tombamento. Após a notificação de abertura do processo de tombamento, o proprietário tem quinze dias para apresentar uma oposição documentada ao tombamento do seu imóvel. E é a partir destes documentos de impugnação, presentes nos processos de tombamento, que investigamos duas situações e tentamos verificar como são organizados e fundamentados os argumentos que pretendem desqualificar os valores históricos

⁶ Outros três bens – a Estação Ferroviária (tombada em nível estadual em 1996, e federal em 2007); o Prédio dos correios e telégrafos (tombado em nível estadual no ano de 2001); e a Ponte Coberta Frederich Piske (processo de tombamento aberto em 1994 pelo órgão estadual de preservação), sobre o rio Cubatão na Estrada do Pico – foram tombados em outras esferas administrativas.

⁷ Área pertencente ao complexo da Cervejaria Antarctica comprada pela PMJ em 2001 para servir de fomento à diversas manifestações culturais da cidade.

dessas edificações. Como já abordado anteriormente, esse movimento “a contrapelo” da política preservacionista procura mostrar como diferentes memórias e versões do passado são encaradas por diferentes grupos e de que maneira essas visões interferem nas práticas preservacionistas.

3.1. MALHARIAS ARP

Parece icônico que, para reforçar o valor cultural do passado industrial de Joinville, a CPC tenha pretendido preservar uma antiga chaminé dentro de um shopping center da cidade. Mas, visto que o shopping foi construído reutilizando os espaços de uma antiga malharia, o tombamento da chaminé efetivado em 2009 teve como principal interesse proteger da demolição este elemento símbolo das fábricas movidas a vapor. Além do prestígio econômico, entre os argumentos para o tombamento da chaminé estava a interferência da industrialização no processo de urbanização da cidade.

A Malharia Arp, desativada no ano de 1992, teve seu início com a associação, em 1901, entre a fábrica de meias Kaiser & Cia de Ottomar Max Kaiser e Arp & Cia de Julius Peter Arp, alemão radicado no Rio de Janeiro. A antiga edificação da Kaiser & Cia, ampliada após 1901, passou, entre a década de 1920 e 1930, por várias intervenções e ampliações, que deram ao prédio as características que ainda restam em sua fachada. Com a instalação, em 1995, do Shopping das Flores na edificação da antiga fábrica, a chaminé permaneceu, mas foi o pedido para sua demolição, em abril de 2004, que gerou o debate para sua preservação pela Comphaan.

Figura 1. Prédio da fábrica de meias Kaiser & Cia. Fotografia de 1901.



Fonte: Coleção Memória Iconográfica - Arquivo Histórico de Joinville

Mesmo apelando para uma justificativa comercial de que o público já havia associado a chaminé à imagem do shopping, a tentativa de técnicos da CPC em conscientizar o proprietário no sentido de restaurá-la em vez de implodi-la não foi considerada, daí a urgência em abrir o processo de tombamento da chaminé. A notificação de abertura de tombamento foi enviada aos proprietários dois dias depois da reunião da Comphaan e afirmava “que a torre de chaminé em alvenaria [...] foi considerada de grande relevância histórica e arquitetônica para a preservação como patrimônio cultural do município” (Comphaan, 27/05/2004 apud FCJ, 2004, p.6).

Quase uma semana depois, a carta de impugnação já era recebida pelos técnicos. Entre os argumentos de discordância para o tombamento estava a negação de valor da torre de chaminé que, segundo o requerente representado por seu advogado:

[...] não contempla[va] qualquer interesse histórico, arqueológico, artístico ou ambiental, ao contrário trata[va]-se de edificação que, em razão de seu porte e uso de tecnologia construtiva ultrapassada, representa sérios riscos à incolumidade de pessoas (Pereira, 3/06/2004 apud FCJ, 2004, pp. 7-8).

É comum que as impugnações desqualifiquem aquilo que o agente preservacionista busca atestar, por esse motivo a negação de valor histórico e arquitetônico é comum neste tipo de documento. Entretanto, chama a atenção, mais ainda, quando se trata de elementos considerados de cunho industrial; possivelmente, devido ao um senso comum de estranhamento sobre as possibilidades de valor cultural de uma fábrica. Talvez por isso seja tão importante alcançar a dimensão imaterial por trás da materialidade de ferramentas, máquinas e

edificações, uma vez que, dependendo do caso, o saber fazer pode ser mais relevante que o estilo arquitetônico de uma fábrica.



Figura 2. À esquerda imagem da fachada da Malharia Arp por volta de 1930; à direita uma imagem atual. Fonte: (à esquerda) Coleção Memória Iconográfica – Arquivo Histórico de Joinville; (à direita) *site* institucional do Shopping Cidade das Flores.

Em uma das passagens, referindo-se à Lei Municipal do Tombamento (Decreto Lei n. 1.773, de 1º de dezembro de 1980), a impugnação desqualifica justamente o valor arquitetônico da chaminé expressando que:

[...] não se trata de bem a preservar 'fatos memoráveis da história' e de 'excepcional valor artístico', aliás a construção não possui 'o valor artístico' exigido pela lei, entendida a expressão não só no sentido acadêmico – voltado à estética – mas também e principalmente, no sentido [...] do fato arquitetônico, que é a conjugação do valor artístico mais o social, não o belo pelo belo, mas o belo com o significado dentro de determinado contexto social, daí decorrendo justamente a excepcionalidade desse valor (Pereira, 3/06/2004 apud FCJ, 2004, p. 8).

De acordo com os argumentos da impugnação, a chaminé – enquanto elemento emblemático do patrimônio industrial – é desprovida de qualquer valor, nem estético, nem histórico e muito menos arquitetônico. Assim, a relação estabelecida entre a presença fabril na paisagem urbana, sua relação com a comunidade e o processo de urbanização é apagada. E, o argumento de que a chaminé faz parte de tecnologia construtiva ultrapassada e por isso deveria ser demolida, exclui a possibilidade de entendimento dos processos evolutivos da tecnologia, e numa dimensão espacial da cidade, despreza o entendimento sobre os processos de ocupação territorial e momentos econômicos distintos. Talvez seja justamente o fato de ser considerada uma tecnologia ultrapassada e um elemento marcante da era industrial que faz das chaminés um ícone da própria política de preservação do patrimônio industrial, sendo constantemente protegidas, mesmo quando todo um complexo chega a ser destruído ou descaracterizado.

De certa forma, a tecnologia construtiva ultrapassada das chaminés pode, realmente, gerar dificuldades em se encontrar serviços especializados para sua restauração e conservação. E essa, também, foi uma das justificativas utilizadas pelos proprietários do Shopping em novo documento enviado ao Gabinete do Prefeito Municipal, composto por Laudo Técnico de Engenharia. Os argumentos para cancelar o processo de tombamento da chaminé e defender sua demolição apelavam para “os riscos à segurança dos usuários do complexo comercial”; “o precário estado de conservação da construção”; “a falta de uma política de manutenção e de pessoal técnico especializado na sua execução”; “o alto custo para [...] a realização da restauração” (Pereira, 10/09/2004 apud FCJ, 2004, p. 16).

Essa correspondência levou a Procuradoria Geral do Município (PGM) enviar à CPC um pedido para reforçar e sistematizar melhor as justificativas para o tombamento. Foi a partir daí que as comissões de peritagem assumiram um padrão destacando “o histórico da edificação, o relatório de suas condições e a conclusão, contendo o parecer favorável ou não” (Ata n. 28, 9/11/2004 apud FCJ, 2004, p. 37).

Sem dúvida, as impugnações mostravam as imperfeições dos laudos de tombamento, o que acabou gerando novos posicionamentos e cuidados com a padronização dos argumentos e melhor elaboração dos discursos. Isso fomentou novos estudos para fundamentar os pareceres de valor arquitetônicos e histórico. O estudo arquitetônico indicou que além da caracterização construtiva da chaminé, “desativada da função para a qual foi construída”, a havia um marco memorial significativo que remetia a “um momento histórico de Joinville [...] determinante no processo de formação da sua identidade como cidade industrial” (Cignona, 2005 apud

FCJ, 2004, p. 45). Essa menção foi corroborada pelo historiador Afonso Imhof, em seu laudo, entendendo-a como “um testemunho material-documental da maior importância para a história da industrialização da cidade”. O historiador também destacou que a localização da chaminé, no “espaço cultural” do shopping, assume valor diferenciado e que “já constitui patrimônio histórico-cultural incorporado na visão” dos que circulam pelo espaço. Concluiu, assim, que a chaminé tem o poder de “subjetivamente” expressar “a presença e a permanência da memória para os que ali fortuita ou propositalmente venham a se perguntar sobre o monumento” (Imhof, 2005 apud FCJ, 2004, p. 44). Os argumentos reforçaram o indeferimento da impugnação, de modo que o bem teve seu processo de abertura retomado em outubro de 2005.

A abertura do processo de tombamento já tem força legal de preservação, e foi em função disso que os proprietários tiveram que realizar uma intervenção de restauro na chaminé que contou com apoio técnico e acompanhamento de funcionários da CPC (Ata n. 50, 26/01/2006 apud FCJ, 2004, p. 63). Com o início das intervenções em março de 2007, pode-se dizer que a luta contra a intenção inicial de demolição da chaminé se mostrou vitoriosa, uma vez que alcançou o objetivo de preservação da chaminé. Ao mesmo tempo demonstrou a possibilidade de diálogo e auxílio entre órgão de preservação e proprietário.

O tombamento da chaminé como patrimônio histórico, arquitetônico e paisagístico foi homologado em 20 de novembro de 2009. Onze anos depois, nas comemorações do aniversário de 25 anos do Shopping Cidade das Flores, realizadas em 9 de março de 2020⁸, percebe-se um apelo, na criação de uma identidade entre o centro comercial e a cidade, que vai além das mesmas datas de aniversário. O website do Shopping Cidade das Flores destacou sua participação na própria história do município, através de sua “conexão cultural com a cidade de Joinville”, uma vez que “traz no seu DNA a história marcante da indústria joinvilense, pois suas instalações ocuparam o espaço da antiga e tradicional malharia da cidade, a Arp”. Distante dos impulsos para sua demolição, a chaminé foi então evocada, no texto alusivo à comemoração: “o Shopping Cidade das Flores manteve na Praça de Eventos “a chaminé de seu antigo empreendimento, conservando assim uma das características industriais da época” (Shopping Cidade das Flores, 2020).



Figura 3. Detalhe da Chaminé na alameda do Shopping.
Fonte: <https://www.shoppingcidadedasflores.com.br/institucional/>

Por outro lado, cabe pensar sobre o reuso dos espaços da antiga fábrica para a criação do shopping, na época sem muitos critérios de preservação arquitetônicos, até porque, legalmente, o prédio não possuía nenhuma tutela preservacionista. O mínimo cuidado foi facultado à manutenção da volumetria, entretanto variadas alterações ocorreram, tanto nos espaços internos quanto externos, descaracterizando, inclusive, alguns elementos da fachada do prédio. O shopping não disponibilizou, por exemplo, nenhuma área voltada para a memória da fábrica e seus trabalhadores, sendo a chaminé o único indício dessa antiga função.

3.2. METALÚRGICA WETZEL

Já a Metalúrgica Wetzel conseguiu, além da chaminé, preservar outras áreas do seu complexo, e em seu reuso (instalação da PUC/SC), um memorial sobre a trajetória da empresa foi criado. É comum neste tipo de

⁸ O dia (9) e o mês (março) de inauguração do Shopping das Flores, em 1995, são os mesmos da data escolhida como fundação da cidade de Joinville.

memorial uma abordagem histórica pautada pela cronologia da empresa, sendo às vezes restrita aos dados econômicos e aos personagens ligados à sua administração; memórias operárias e, mais ainda, suas lutas e conflitos, geralmente são apagadas dessa espécie de “versão oficial” da história empresarial.

A produção fabril no local remete ao imigrante Friedrich Louis Wetzel, criador da fábrica de velas e sabão (galpão em técnica enxaimel) em fins da década de 1890, nos fundos da sua residência, situada na Rua Visconde de Taunay (antiga Deutsche Strasse). Na década de 1930, após nova sociedade comercial que criou a fundição Schmidt, Wetzel & Cia, além de sabão e velas, a fábrica passou a produzir itens metálicos (registros, canos, torneiras); o nome Metalúrgica Wetzel S/A surgiu em 1966.

Foi a partir do interesse em vender o complexo que os debates sobre a patrimonialização da fábrica tiveram início em 1997, com o envio de um documento da diretoria da Wetzel à Prefeitura Municipal de Joinville (PMJ) sugerindo a preservação de quatro edificações: a fachada da fábrica, a chaminé e duas casas que serviram de moradia aos fundadores da fábrica (Silva, 17/12/1997 apud FCJ 2005, p. 10). O prefeito na época respondeu que a iniciativa se adequava à política do seu governo que aliava “desenvolvimento [...] e preservação da memória histórica da cidade” (Silveira, 12/1997 apud FCJ 2005, p. 10). Mas, como o plano de venda do complexo não se consolidou naquele momento e a produção na fábrica permaneceu no local até fins de 2010, o processo de tombamento só foi aberto em 2005.



Figura 4. Gravura da década de 1890 retratando em primeiro plano a casa enxaimel e a construção que abrigava a fábrica de velas ao fundo (frente para rua Visconde de Taunay). Fonte: Coleção Memória Iconográfica – Arquivo Histórico de Joinville.

Devido alguns problemas técnicos relativos ao parecer e a impugnação dos proprietários, dois pareceres foram elaborados, um em 2005 e outro em 2006. O primeiro (13/09/2005), destacou as diferentes edificações no complexo como residências e unidades fabris que sofreram alterações ao longo do século XX, mas não abordou profundamente as questões históricas, e nem deixou claro os níveis de preservação de cada edificação dentro do complexo, o que gerou dificuldades de entendimento e de aceitação por parte dos proprietários. Por outro lado, o parecer da arquiteta Maria Alves considerou uma característica que marcou a ocupação da Colônia Dona Francisca: a pequena propriedade e o trabalho familiar dos imigrantes. Reforçava, assim, a ideia de que:

[...] o imóvel compreende um conjunto arquitetônico representativo do processo de desenvolvimento econômico do município, baseado inicialmente na pequena propriedade e trabalho familiar, bem como o posterior processo de industrialização com seus diferentes momentos [...] (Alves, 2005, p. 2 apud FCJ, 2005, p. 52).

De acordo com a arquiteta, o imóvel apresentava “remanescentes de processos manufatureiros e industriais, potencialmente informativo acerca da espacialização original, configurando ‘sítio arqueológico histórico’”. A edificação mais antiga em enxaimel (que servia de moradia), e a outra, onde se instalou a fábrica de velas e sabão, remetem a um momento distinto do restante do complexo, marcado por ampliações e modernizações ao longo do século XX. O parecer chama atenção para outros elementos, como a chaminé, descrita como “um verdadeiro ícone na cidade”, que teve sua construção atribuída ao construtor Paul Keller. Em relação à

presença da fábrica na paisagem, nota-se sua importância como referência de orientação da malha urbana, ligada ao passado, constituindo-se em sinalização espacial, com características marcantes pela diversidade arquitetônica, confrontada com as construções vizinhas (Alves, 2005, p. 2 apud FCJ, 2005, p. 52).

Em algumas abordagens referentes à chaminé da Wetzel pela imprensa, as citações têm em comum destacá-la como marco referencial na paisagem. Uma reportagem de 2014 menciona que “um dos orgulhos dos proprietários” era a chaminé da empresa, que com seus “56 metros de altura pode ser avistada de diversos pontos da cidade” (Notícias do Dia, 10/02/2014). Em outra matéria jornalística, a chaminé foi estimada como “outro marco da paisagem da área central da cidade [...], planejada para garantir que a fumaça saída da fábrica passasse bem longe dos joinvilenses e seus telhados” (Notícias Santa Catarina, 27/02/2015). Em 1998, o Jornal A Notícia (5/06/1998, p. 13) chamava atenção para a chaminé da Wetzel, que “erguida em 1920 é referencial na cidade” podendo “ser avistada de longe”.

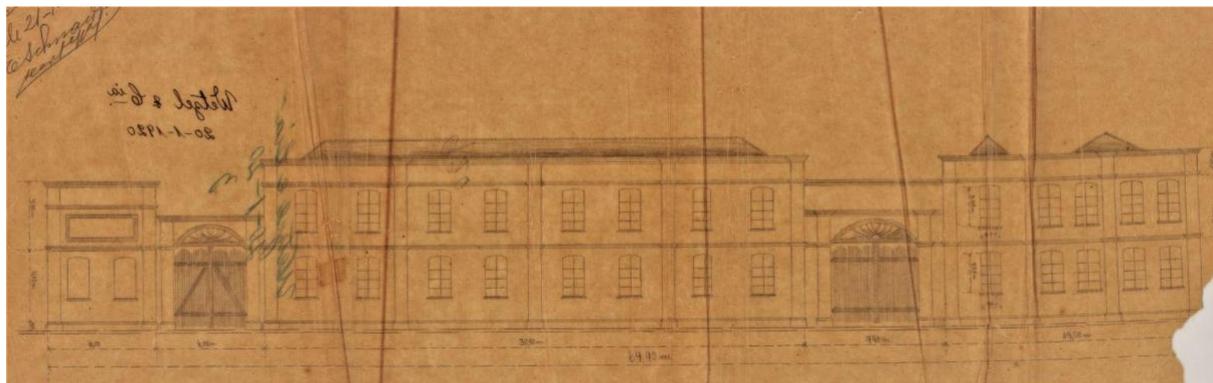


Figura 5. Projeto Arquitetônico - Fachada da Wetzel & Cia. 1920. Fonte: Fundo Projetos Arquitetônicos - Arquivo Histórico de Joinville.

Mas, além da chaminé e seu efeito sobre a paisagem, outro valor cultural pontuado pelo parecer foi o fato do complexo ser “o último conjunto fabril em completo funcionamento, na área central da cidade” (Alves, 2005, p. 3 apud FCJ, 2005, p. 53). Com essa afirmação, o ímpeto de preservação entende a fábrica como um museu vivo. É, relativamente, o que uma reportagem de 2015 sobre a instalação de um Centro Universitário naquela área iria declarar: “uma ilha histórica perdida em meio ao desenvolvimento do Centro de Joinville” (Notícias do Dia, 30/03/2013). A ambiguidade da frase jornalística deixa clara a percepção da fábrica como uma estrutura que reporta a um tempo que não existe mais. Nesse sentido, se a mecanização, a produção industrial, a chaminé, foram em um determinado momento marcas do progresso e dos avanços tecnológicos, atualmente essas mesmas estruturas fabris no tecido da cidade tornaram-se obsoletas e quase sempre destinadas à substituição, e este é um dos motivos pelos quais as políticas de preservação voltaram olhos para elementos industriais.

No caso da Wetzel, a Notificação de abertura de tombamento (Comphaan, 14/02/2006 apud FCJ 2005, p. 32) enviada ao proprietário em fevereiro de 2006 seguiu os argumentos do parecer de 2005, enfatizando a relação da fábrica com o passado industrial, o desenvolvimento econômico da cidade, o trabalho familiar e sua importância na paisagem urbana. Contudo, não estando de acordo integralmente com o processo de tombamento, o presidente da empresa na época, impugnou a abertura de processo. O documento de impugnação frisou que a “propriedade não está vinculada a nenhum fato histórico notável. Se o está, isto não foi mencionado no parecer da comissão notificante” (Silva, 24/02/2006, p. 2 apud FCJ, 2005, p. 84). E para sustentar seus argumentos, o advogado que representava o proprietário recorreu ao artigo 1º da Lei Municipal nº. 1.773, de 1º de dezembro de 1980, de preservação do patrimônio cultural, segundo o qual:

[...] constituem o patrimônio histórico e artístico do município de Joinville os bens imóveis existentes em seu território, cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos históricos notáveis, quer por seu valor cultural a qualquer título (Joinville, 1980 apud Silva, 24/02/2006, p. 2).

A impugnação criticava o valor concedido às características arquitetônicas emitidas pelo parecer; e em consequência da falta de referências aos fatos históricos notáveis; alegava ser “forçoso concluir que as características arquitetônicas se apresentam como fato preponderante às conclusões relacionadas no seu parecer” (Silva, 24/02/2006, p. 3 apud FCJ, 2005, p. 85). O documento ressaltava que o impugnante concordava com o valor arquitetônico do complexo, mas “apenas em parte”, restringindo o tombamento somente às quatro edificações já mencionadas (fachada da fábrica e casa em estilo germânico na rua Senador

Felipe Schmidt; a chaminé; e casa enxaimel na rua Visconde de Taunay n.º 365); afinal, ele já havia registrado interesse pela preservação dessas edificações em 1997 (Silva, 24/02/2004, p. 3 apud FCJ, 2005b, p. 85).



Figura 6. Fotografia captada da rua Senador Felipe Schmidt, com a vista lateral da fábrica Wetzel e sua chaminé. Data da década de 1960. Fonte: Coleção Memória Iconográfica - Arquivo Histórico de Joinville

O principal problema na proposta de tombamento para o requerente era a grande perda de potencial construtivo e isso ficaria evidente em uma segunda correspondência endereçada à CPC. Na carta enviada em março de 2006, os advogados da Wetzel criticaram a proposta de preservação por não desenvolver “maiores estudos relativos ao tombamento [...]”, sugerindo que houvesse um equilíbrio entre “a preservação” e “uma perspectiva de viabilidade comercial de aproveitamento global da área” (Silva, 06/03/2006, p. 2 apud FCJ, 2005, p. 58).

Assim, as intenções de preservação de edificações mais significativas, superficialmente acordadas com o Executivo em 1997, estariam aptas a compor novos usos incorporando “modernos conceitos urbanos como: praça aberta no entorno da chaminé; viabilização de equipamentos culturais para a cidade; e conservação da alameda de ligação das duas ruas (Felipe Schmidt e Visconde de Taunay)” (Silva, 06/03/2006, p. 2 apud FCJ, 2005, p. 58). Uma vez que exploraria a permeabilidade do fluxo de pedestres, a criação de uma alameda entre essas ruas e aberta ao acesso e uso público nunca foi concretizada, mesmo sendo considerada um dos destaques do projeto de reuso do complexo Wetzel apresentado em 2012 para a instalação da PUC/SC no complexo.

Entre as ações seria criado, também, um memorial “em respeito à importância econômica e histórica da família e seus empreendimentos naquele local” (Silva, 6/03/2006, p. 3 apud FCJ, 2005, p. 59). E se antes eles tinham se posicionado contra o tombamento do complexo pela ausência de fatos históricos notáveis, nesse segundo documento (um complemento ao pedido de impugnação inicial), remeteram um projeto fomentando a memória da família Wetzel. Outra coisa que chama atenção é a disposição dos empreendedores em criar na área um “ponto de encontro e de revitalização da área central de Joinville, com espaços públicos e privados integrados entre si, e a ligação de duas vias, que hoje não possuem interligação” (Silva, 6/03/2006, p. 3 apud FCJ, 2005, p. 59).

Essa segunda impugnação pedia ainda, um “maior aprofundamento da proposta de tombamento”, uma vez que pretendia conciliar empreendimentos comerciais, revitalização urbana e preservação. Mas o projeto só poderia assumir as formas idealizadas até então por meio de “diplomas legais” que impedissem a perda de potencial construtivo do complexo; e, na visão do recorrente, o tombamento, da maneira como foi proposto pela Comphaan apresentava justamente isso: “uma grande transferência de potencial construtivo que não será aproveitada”. O pensamento, comum, de que a preservação através do tombamento dificulta a utilização do imóvel, também é exposto no documento quando defende a busca por um consenso entre as partes como forma de se evitar “mais um imóvel [tombado] fechado na área central” (Silva, 06/03/2006, p. 3, 4 apud FCJ, 2005, p. 59, 60).

Como o Parecer de 2005 (Alves, 2005, apud FCJ, 2005, p. 51-53) cita o complexo como “sítio arqueológico histórico” o recorrente, na impugnação, apresenta a discordância quanto à necessidade de qualquer salvamento

arqueológico, e afirma que “uma instalação fabril do final do século XIX não se caracteriza como sítio arqueológico, pois um possível salvamento em nada irá acrescentar aos registros históricos já profundamente conhecidos desse período” (Silva, 06/03/2006, p. 4 apud FCJ, 2005, p. 60). É importante salientar que apesar do parecer de 2005 reconhecer o complexo enquanto “sítio arqueológico histórico” a proposta não se aproxima da concepção de arqueologia industrial; inclusive, o conceito de patrimônio industrial não foi abordado no parecer⁹.

Voltando à impugnação, ela acabou sendo indeferida (Ofício n. 1024, 8/11/2006 apud FCJ, 2005, p. 168), enquanto uma nova comissão de peritagem já havia sido nomeada para elaborar outro parecer visando legitimar o tombamento. Dessa vez, os argumentos históricos estiveram em destaque e o conceito de patrimônio industrial e memória operária também foram acionados. Em uma pequena explicação sobre o advento da arqueologia industrial e o patrimônio industrial, o parecer relata o “contexto de ampliação daquilo que é considerado bem cultural” e as ações de preservação que, na década de 1960, levaram alguns países europeus a realizarem “inventários sistemáticos de sua herança no processo de industrialização”; alertava, assim, para o valor assumido por estruturas fabris e industriais como patrimônio cultural e a importância da “sua transmissão para as próximas gerações” como “fidedignos suportes para memória coletiva” ([2º] Parecer, 16/11/2006, apud FCJ, 2005, p. 36, 37). Em outro trecho, o parecer comenta sobre a “espécie patrimonial atípica, incomum no âmbito do acervo memorativo da cidade e município de Joinville”, que o complexo industrial representava.

O interesse pela memória industrial em Joinville assumiu, neste momento, ponto relevante nos debates patrimoniais; não por acaso, nessa primeira década do século XXI ocorre, se não o tombamento, ao menos a abertura dos processos referentes a elementos fabris ligados ao passado industrial da cidade. Ao mesmo tempo, a preservação deste patrimônio permitiria uma “inclusão memorial” de atores até então invisibilizados não só nas narrativas históricas de Joinville, como também nas construções patrimoniais, até então concebidas; possibilitava assim “a visibilização dos trabalhadores fabris como integrantes ou realizadores do progresso industrial da cidade”. Na visão dos agentes de preservação local, a ideia de um bem patrimonial que remetesse a uma “história feita por todos”, e neste caso específico, propusesse uma “memória orgulho, para os trabalhadores locais” aparecia como uma grande colaboração do patrimônio industrial ([2º] Parecer, 16/11/2006, apud FCJ, 2005, p. 144, 145).

Essa é uma argumentação inédita nos discursos patrimoniais presentes até então na cidade, e demonstra novas perspectivas trazidas pelo conceito do patrimônio industrial. Cabe, entretanto, questionar a capacidade que a salvaguarda arquitetônica de elementos fabris pode dispor no sentido de conseguir representar uma memória operária dos “trabalhadores locais” através, simplesmente, de sua presença na malha urbana. Outra dimensão patrimonial também foi considerada – a possibilidade de uso comercial do patrimônio – quando se afirma que “o quarteirão em que está inserida a fábrica apresenta enorme potencial cultural e turístico, com crescimento do setor de serviços gastronômicos e entretenimento” ([2º] Parecer, 16/11/2006, apud FCJ, 2005, p. 36). E assim como foi proposto no processo de tombamento da Cervejaria Antarctica, o parecer de tombamento da Wetzels também procurou alinhar a preservação do patrimônio cultural com a reabilitação de usos do complexo, com possibilidades de se criar “novos empreendimentos, implementando ocupação contemporânea, conciliando o passado e o futuro”. E a definição do nível de preservação, sobre a maioria das edificações, foi enquadrada como “preservação volumétrica”, o que estabelece “a conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel”, e permite maior dinâmica para reuso nas partes internas do imóvel.

Da mesma forma como foi exposto no tombamento da Cidadela Cultural Antarctica, o segundo parecer destaca o complexo como importante referencial urbano para a comunidade:

[...] com imagem consolidada da sua capacidade de trabalho, de técnica e empreendedorismo. Acreditamos ser prioritário, assegurar e conservar este equipamento para as futuras gerações, preservando suas representações cognitivas e seu valor como patrimônio cultural promovendo a memória e a autoestima da comunidade de Joinville ([2º] Parecer, 16/11/2006, apud FCJ, 2005, p. 38).

⁹ Em outro momento, a pesquisa Prospecção arqueológica histórica proposta em 2013 durante as obras de ampliação da PUC/SC na área do complexo, também não se ateve ao estudo das áreas manufatureiras da fábrica; ou seja, o objetivo não era o entendimento de áreas produtivas ou sistemas de produção ligados aos trabalhos industriais, conceitos relativos à arqueologia industrial; mas sim, a ação de salvamento e monitoramento nas áreas que seriam escavadas e receberiam tubulações subterrâneas (Farias, 11/12/2013, p. 39 apud FCJ, 2005, p. 429).

A interferência da fábrica na paisagem central da cidade é enfatizada pela existência de duas edificações mais antigas, de técnica enxaimel, resquícios de um momento inicial da ocupação na Colônia Dona Francisca. Uma tinha sido residência de Friedrich Luiz Wetzel e Emma Wetzel e a outra, a fábrica de velas e sabão; apesar das duas edificações possuírem preservação integral, esta última é mencionada portando “extremo valor, registrando único exemplar em enxaimel urbano utilizado como pequena indústria por seu artífice Luiz Wetzel”. Essas duas edificações e a chaminé são os três elementos do complexo que possuem nível de preservação integral. Esta última, segundo o parecer, “consolida importantíssimo marco referencial de Joinville, e relevante ícone dessa época de apogeu industrial, consagra momento e técnica na conquista industrial do município” ([2º] Parecer, 16/11/2006, apud FCJ, 2005, p. 37).

Este segundo parecer, que fundamentou o tombamento da Wetzel, mais do que outros pareceres anteriores fomentou a construção de uma memória ligada ao passado industrial da cidade e seu processo de industrialização e urbanização, que marcaria o desenvolvimento econômico de Joinville durante o século XX; referenciou também o início da colonização, “a capacidade de trabalho, de técnica e empreendedorismo”. Os discursos da patrimonialização de elementos industriais se aliavam, assim, às narrativas empreendedoras que estiveram presentes em Joinville desde os tempos de sua Colônia.

Percebemos que durante a primeira década dos anos 2000 as práticas preservacionistas do órgão municipal de preservação assumiram o reconhecimento do elemento industrial enquanto patrimônio cultural e tentaram estabelecer, pelo menos em uma área central da cidade, um acervo protegido que remetesse a esse passado.

4. Considerações Finais

Como um estrato de um tempo passado, os complexos industriais obsoletos, suas ruínas e elementos – chaminés, maquinários, documentos –, servem de testemunhas das transições técnicas, tecnológicas, e dos diferentes tipos de matriz energética utilizados em momentos distintos. Mas as antigas fachadas guardam, também, as mudanças pelas quais as cidades passaram, seja na maneira de organizar sua produção, a mão de obra de seus cidadãos ou o próprio desenho urbano, muitas vezes construído em prol de um complexo industrial ou um conjunto de fábricas. Em Joinville a maior parte das antigas indústrias se estabeleceram na região central da cidade, próximo do porto que dava acesso à ilha de São Francisco de Sul, e por onde grande parte de produtos eram embarcados para outras cidades do país e do exterior.

Considerando que grande parte das fábricas em Joinville eram de cunho familiar e estavam atreladas aos nomes de antigos imigrantes, mas que desde a década de 1990 foram, parcialmente ou totalmente, vendidas a outros grupos corporativos; é conveniente ressaltar que a memória das famílias industriais assume papel preponderante nos discursos de preservação, assim como a referência ao empreendedorismo e “capacidade técnica” dos imigrantes.

Nos dois casos apresentados a impugnação foi revertida e o tombamento efetivado; entretanto, mais do que uma identificação com o passado industrial da cidade, parece haver, também, aquilo que Poulot (2009, p. 15) reconhece como um interesse tradicional do bem patrimonial, que seria sua função de legitimar o poder de determinados grupos, a partir da preservação de suas memórias e obras. E, apesar do 2º Parecer para o tombamento da Wetzel explorar o argumento de que a memória operária e o papel dos trabalhadores pudesse ser evocado através da preservação, a salvaguarda daquele complexo em nenhum momento idealizou ou abrigou algo do tipo. Vemos que, nesses dois casos (e em outros de elementos industriais tombados em Joinville), a preservação do passado industrial excluiu a memória operária. Se por um lado há um incômodo na política preservacionista em não conseguir alcançar diretamente outros estratos sociais envolvidos no contexto da produção fabril, vimos que para os proprietários a preservação só deve acontecer quando não interfere nos ganhos que o terreno, enquanto propriedade, é capaz de oferecer.

Não estamos, apenas, diante de um conflito entre o passado e o presente, representados pela tensão entre perspectivas de apagamento de paisagens tradicionais urbanas e a sua preservação; estamos diante de um jogo de interesse pelo uso do espaço territorial da cidade. De volta às reflexões de Jameson (2002, p. 201) “de fato, uma das formas privilegiadas de especulação hoje é a da terra e a do espaço urbano”. Por outro lado, não podemos esquecer que a preservação patrimonial muitas vezes assume um papel comercial, envolvendo a mercantilização de uma região a partir de fatos ou personagens passados; como elemento “da indústria do lazer”, o patrimônio pode ser mais um produto a ser consumido, tal qual às cidades genéricas descritas pelo arquiteto Rem Koolhaas (2011 apud Hartog, 2013a, p. 15) associando “o mais novo e o mais antigo” nessas propostas.

Em Joinville, o acervo preservado de elementos industriais vem sendo construído associando níveis flexíveis de preservação com a viabilização de projetos para novos usos dos espaços tombados. E a preservação volumétrica, aquela que assegura a salvaguarda da dimensão estrutural do bem em seus volumes, se mostra como a principal ferramenta. No entanto, persiste uma dificuldade em perceber o valor cultural de estruturas e maquinários o que acarreta problemas como demolições e descaracterizações dos espaços fabris nas propostas de requalificação e reuso. Junto com essas atuações controversas que alteram características significativas das edificações e esvaziam qualquer referência ao passado industrial da edificação, percebemos o apagamento de memórias operárias nos projetos de reusos desses espaços. Assim sendo, se a impugnação se materializa como um desejo de aniquilação de uma edificação industrial para dar lugar a um novo empreendimento, nem sempre a política de preservação consegue salvaguardar mais que uma faceta de uma gama de elementos que consideramos Patrimônio Industrial. Como alertado por Michael Rix (1967, p. 18) os monumentos industriais “não devem desaparecer sem que as pessoas registrem ou tentem preservar itens representativos por motivos estéticos”. É importante que as pessoas prestem atenção aos monumentos industriais sem preconceito. E esse alerta longe de se restringir aos leigos, estende-se aos técnicos e responsáveis pela criação de políticas e ações preservacionistas.

5. Referências

- Antigas instalações da Wetzel dão lugar ao centro universitário de Joinville. (27 fev. 2015) *Notícias Santa Catarina*, Joinville. <https://www.nsctotal.com.br/noticias/antigas-instalacoes-da-wetzel-dao-lugar-ao-centrouiversitario-de-joinville>
- Arendt, H. (1997). *Entre o passado e o futuro* (4.ed.). São Paulo: Perspectiva.
- Bell, D. (1973). *O Advento da Sociedade Pós-Industrial*. São Paulo: Cultrix.
- Benjamin, W. (2007). *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Berço de grandes indústrias. (10 fev. 2014). *Notícias do Dia*, Joinville. <https://ndmais.com.br/blogs-e-colunas/memoria/berco-de-grandes-industrias/>
- Câmara, A. de L. (abr., 1941). Colonização nipônica e germânica no sul do país. *Revista de Imigração e Colonização*. Ano 2, n. 2 e 3, pp. 892-902, Rio de Janeiro. <http://memoria.bn.br/DocReader/143030/849>
- Choay, F. (2001). *A alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Unesp.
- Fundação Cultural de Joinville (2004). *Processo de Tombamento Municipal FCJ*. CPC. 2004-016: Condomínio Shopping Center Cidade das Flores, Rua Mário Lobo, n. 106, Centro, [Chaminé Malharia Arp]. Joinville.
- Fundação Cultural de Joinville (2005). *Processo de Tombamento Municipal FCJ*. CPC.2005-009: Rua Senador Felipe Schmidt, n. 228, Metalúrgica Wetzel. Joinville.
- Gonçalves, J. (2016). *Figuras de valor: patrimônio cultural em Santa Catarina*. Itajaí: Casa Aberta Editora.
- Gonçalves, J. (dez, 2014). Da educação do público à participação cidadã: sobre ações educativas e patrimônio cultural. *Mouseion*, n. 18, pp. 83-97, Canoas [RS]. <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/1860/1237>
- Hartog, F. (2017). *Crer em história*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Hartog, F. (2013). *Evidências da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Hartog, F. (2013a). *Regimes de Historicidade: Presentismo e Experiências do Tempo*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Hartog, F. (jul./dez. 2006). Tempo e patrimônio. *Varia História*, 22 (36) pp. 261-273, Belo Horizonte. <https://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf>
- Icomos (1964). *II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos*. Veneza. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>
- Jameson, F. (2002). *El giro cultural: escritos seleccionados sobre el posmodernismo 1983-1998*. Buenos Aires: Manantial.
- Joinville Grandioso. (24 dez. 1931). *O Anno Novo*. Ano 1, n. 1. Joinville [SC]. <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/oannonovo/ANN1931XXX.pdf>
- Joinville (1973). *Lei n. 1262, de 27 de abril de 1973*. Reestrutura o plano diretor e dá outras providências. Joinville [SC] Brasil.
- Koselleck, R. (2006). *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora

PUC-Rio.

Kühl, B. M. (2009). *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro*. Cotia [SP]: Ateliê Editorial.

Le Corbusier. (1993). *A Carta de Atenas*. São Paulo: Hucitec; Edusp.

Meneses, U. T. B. de (jan./dez., 1994). Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico (fim). *Anais Do Museu Paulista*, v. 2, pp. 9-42, São Paulo.
<https://www.scielo.br/pdf/anaismp/v2n1/a02v2n1.pdf>

Moraes, T. C. (2020). *Patrimônio industrial em Joinville: sobre políticas de preservação e requalificação (1998-2020)*. Dissertação (Mestrado em História) – pelo Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, SC, Brasil, 2020.

Mumford, L. (2004). *A cidade na história suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes.

Peixoto, P. (2016). O patrimônio e seus demônios nas sociedades contemporâneas. *Boletim Campineiro de Geografia*, 6 (2), pp. 289-302, Campinas [SP]. http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletimcampineiro/article/view/289/pdf_v6n2_Pei

Pesavento, S. J. (1997). *Exposições Universais: Espetáculos da Modernidade do Século XIX*. São Paulo: Hucitec.

Poulot, D. (2009). *Uma história do patrimônio no ocidente, séculos XVIII-XXI. Do monumento aos valores* (1ª ed.) São Paulo: Estação Liberdade.

Projeto prevê a revitalização da antiga fábrica da Wetzel em Joinville. (30 mar. 2013). *Notícias do Dia*. Joinville [SC]. <https://ndmais.com.br/entretenimento/projeto-preve-a-revitalizacao-da-antiga-fabrica-dawetzel-em-joinville/>

Riegl, A. (2014). *O culto moderno dos monumentos. A sua essência e sua origem*. São Paulo: Perspectiva.

Rix, M. (1967). *Industrial Archaeology*. London: Historical Association.

Shopping Cidade das Flores (2020). *Shopping comemora aniversário de 25 anos*. Joinville [SC] Brasil. Disponível em: <https://www.shoppingcidadedasflores.com.br/shopping-cidade-das-flores-comemoraaniversario-de-25-anos-com-bolo-e-muitas-atracoes-para-a-comunidade/>

Sociedades das Nações. (1931). *Carta de Atenas*. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>.

Uma história de perseverança e dedicação. (5 jul. 1998). *A Notícia*. Joinville [SC].